

VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [.]

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE CENTRAIS DE ENERGIA ELÉTRICA FOTOVOLTAICA, COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS, PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DA EMPRESA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	3
LISTA DE FIGURAS.....	4
1.Introdução.....	5
2.Resultados.....	5
3.Receitas.....	6
4.Tributos.....	6
5.Despesas Operacionais (OPEX)	7
6.Despesas Operacionais a cargo do Poder Concedente:.....	10
7.Investimentos (CAPEX).....	11
8.Financiamentos	14
9.Taxa de Desconto	15
10.Demonstrações Financeiras	16
10.1.Demonstração de Resultados no Exercício.....	17
10.2.Demonstração de Fluxos de Caixa.....	20
10.3.Balanco Patrimonial.....	23

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: RESUMO DOS PARÂMETROS FINANCEIROS.....	5
TABELA 2: REGIME DE TRIBUTAÇÃO.....	7
TABELA 3: TRIBUTOS DEVIDOS.....	7
TABELA 4 - DESPESAS OPERACIONAIS - OPEX.....	8
TABELA 5 - EQUIPE PROJETADA PARA A SPE.....	8
TABELA 6: PREMISSAS DE SEGUROS E GARANTIAS.....	9
TABELA 7: CUSTOS DE TUSD GERAÇÃO.....	11
TABELA 8: CUSTO DE DISPONIBILIDADE – GRUPO B.....	11
TABELA 9: DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS.....	12
TABELA 10: PREMISSAS PARA ESTIMATIVA DE CAPEX.....	12
TABELA 11: CAPEX.....	13
TABELA 12: VALOR DOS REINVESTIMENTOS.....	14
TABELA 13: CONSOLIDADO DOS CUSTOS COM CAPEX AO LONGO DE TODO PRAZO DE CONCESSÃO.....	14
TABELA 14: CARACTERÍSTICAS DO FINANCIAMENTO BNDES.....	14
TABELA 15: CÁLCULO DA TAXA WACC.....	15
TABELA 16: VARIÁVEIS UTILIZADAS NA TAXA WACC.....	16
TABELA 17: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS ANOS 2022 A 2033.....	18
TABELA 18: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA DOS ANOS DE 2034 A 2040.....	19
TABELA 19: DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA DOS ANOS DE 2022 A 2033.....	21
TABELA 20: DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA DOS ANOS 2034 A 2040.....	22
TABELA 21: BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DOS ANOS 2022 A 2033...	24
TABELA 22: BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DOS ANOS 2034 A 2040...	25

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO ANUAL DE OPEX.....	10
FIGURA 2: 1º CICLO CAPEX.....	13

1. Introdução

O Projeto de Parceria Público-Privada das Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaica tem como objetivo a implantação, manutenção e operação de Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaica de Energia Elétrica, com gestão de serviços de compensação de créditos, para atender a demanda energética das estruturas físicas da Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul - SANESUL.

A ANEEL diferencia os consumidores entre grupo A, de alta tensão, e grupo B, de baixa tensão. A divisão ocorre devido às diferenças de tensão e isso é refletido nas tarifas, que são formadas e cobradas de maneiras distintas.

Considerando que a premissa do projeto é a redução dos custos com a utilização de energia elétrica nas instalações da SANESUL, o escopo do projeto abrange apenas as unidades consumidoras do grupo B (baixa tensão), as quais se mostraram viáveis para a geração distribuída.

Para as unidades do Grupo A, atualmente é financeiramente mais vantajoso permanecer com o atendimento do suprimento de energia elétrica pela distribuidora local devido a uma tarifa de energia mais competitiva. Para fins de referência, a tarifa de energia passível de desconto do grupo A é de R\$0,53/kWh (tarifação na segmentação horária ponta) e R\$0,38/kWh (tarifação na segmentação horária fora ponta).

A seguir são apresentadas as principais informações referentes à modelagem econômico-financeira do projeto.

2. Resultados

A viabilidade econômico-financeira é indicada pela igualdade entre a Taxa Interna de Retorno (TIR) do Projeto e a Taxa de Mínima Atratividade (TMA) do capital, esta última também conhecida pelo termo em inglês WACC (o qual se traduz por Custo Médio Ponderado de Capital). A viabilidade do projeto é alcançada mediante contraprestação mensal máxima avaliada em R\$ 700.138,26.

Para a TIR e o WACC foi considerada a taxa de 9,73% ao ano em termos reais, não inflacionados ao longo do tempo.

Sanesul	
Prazo de Concessão	18 anos
Data base	mar/22
Moeda	Real
Prazo para implantação da infraestrutura	12 meses
Investimentos estimados	R\$ 44,47 milhões
Despesas Operacionais	R\$ 28,69 milhões
TIR de Projeto	9,73%
Payback do Projeto	8 anos e 10,3 meses
Financiamento	R\$ 18,55 milhões

Tabela 1: Resumo dos parâmetros financeiros.

3. Receitas

De acordo com a ICPC-01, a receita bruta da concessionária será constituída pela receita de construção, receita de operação e receita financeira. Essas receitas serão destinadas para cobrir, respectivamente:

- (i) O CAPEX, mediante a amortização, ao longo do período da concessão, dos investimentos a serem realizados;
- (ii) O OPEX, mediante a remuneração pelos serviços executados; e
- (iii) A remuneração dos recursos investidos na construção do ativo, com base na taxa de atratividade mínima estabelecida para o projeto.

A receita bruta da Concessionária será obtida por meio de contraprestação pública mensal durante os meses de operação das Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas. Os primeiros doze meses da concessão são considerados como período de implantação e, portanto, não haverá contraprestação.

Como forma de igualar a Taxa Interna de Retorno (TIR) do Projeto e a Taxa de Mínima Atratividade (TMA) do capital, a contraprestação mensal máxima foi estimada em R\$ 700.138,26 a partir do 1º mês de operação do Projeto, após implantação integral da infraestrutura e disponibilização do serviço. Esse valor se mantém constante durante toda a projeção de receita. Em termos anuais, a Sociedade de Propósito Específico (SPE) ganhadora terá uma receita anual de R\$ 8.401.659,17.

A parcela da Contraprestação mensal a ser destinada à amortização do ativo financeiro (59,57%), é definida pela proporção entre o Valor Presente Líquido do CAPEX (R\$ 38.838.490,24) e o Valor Presente Líquido do fluxo de pagamento de Contraprestações (R\$ 65.199.940,82).

4. Tributos

No regime de lucro presumido, as bases de cálculo dos tributos PIS, COFINS, ISS, CSLL e IR são os próprios valores das faturas mensais da Concessionária para o Poder Concedente. Já para o IR adicional, a base de cálculo é o valor que exceder R\$ 60 mil trimestrais frente à presunção de 32% de margem de lucro.

No regime de lucro real, as bases de cálculo dos tributos PIS, COFINS e ISS são os valores das faturas mensais da Concessionária para o Poder Concedente. Já para CSLL e IR as bases de cálculo são os valores trimestrais de lucro antes de imposto. E para o IR adicional, a base de cálculo é o valor que exceder R\$ 60 mil trimestrais frente ao lucro registrado no mesmo período.

Tributo	Regime de Tributação	
	Presumido	Real
PIS	0,65%	1,65%
COFINS	3,00%	7,60%
ISS	5,00%	5,00%
CSLL	9,00%	9,00%
IR	15,00%	15,00%
IR adicional	10,00%	10,00%

Tabela 2: Regime de Tributação

As simulações entre regimes de tributação revelaram ser o regime de tributação presumido o mais adequado para o perfil e porte do Projeto.

A Instrução Normativa RFB 1700 dispõe sobre a determinação e o pagamento do IR e da CSLL e disciplina o tratamento tributário da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. De modo similar ao ICPC01, a IN RFB 1700 diferencia os contratos de concessão quanto à formação de um ativo intangível ou financeiro, sendo que este permite o diferimento da tributação do lucro, isto é, da tributação à medida do seu efetivo recebimento (art. 168).

A adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI não foi considerada. Entretanto, desde 14 de julho de 2022, o Congresso Nacional definiu que os projetos de geração distribuída são elegíveis para o enquadramento no regime especial. Portanto, entende-se que os Projetos de Geração Distribuída são elegíveis para a aplicação do REIDI, mas que ainda não há regulamentação do Ministério de Minas e Energia e/ou ANEEL.

Ao longo da concessão os tributos devidos estão explicitados na tabela abaixo:

ISS	7.141.410,29
PIS/COFINS	5.213.229,51
IR/CSLL	15.107.708,79
TOTAL	27.462.348,59

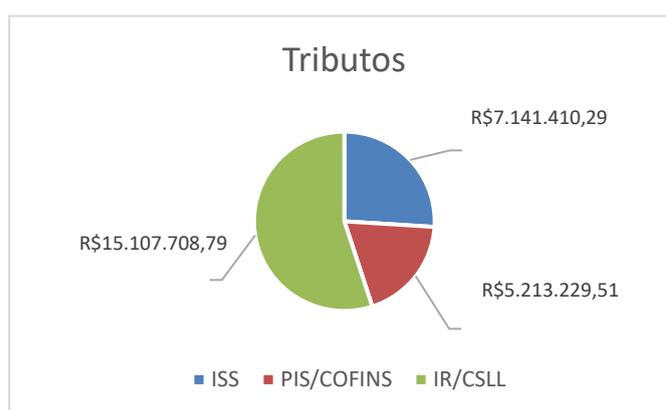


Tabela 3: Tributos Devidos

5. Despesas Operacionais (OPEX)

Ao longo dos 18 anos da concessão, as despesas operacionais (OPEX) são divididas entre:

- (i) Equipe da SPE;
- (ii) Operação e Manutenção;
- (iii) Seguros e Garantias, e;
- (iv) Outros Custos.

Equipe Administrativa	16.560.672,52	57,71
Operação e Manutenção	7.958.798,31	27,73
Seguros e Garantias	777.225,67	2,71
Outros Custos	3.402.141,03	11,85
TOTAL	28.698.837,53	100,00

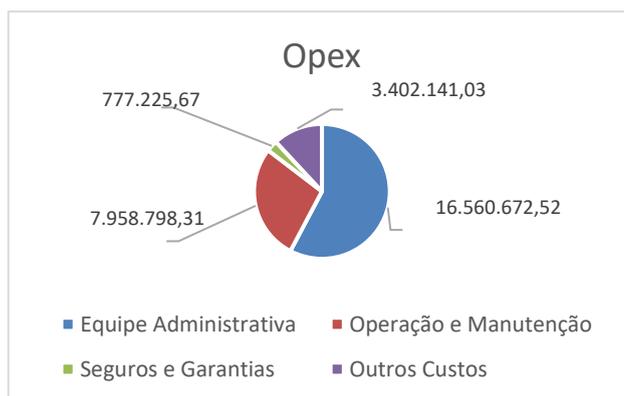


Tabela 4 - Despesas Operacionais - OPEX

Para o dimensionamento da equipe de funcionários da SPE, foi considerada como referência a instalação das Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaica em 3 localizações distintas, sendo duas na área de concessão da Energisa e uma na da Elektro. Porém, caberá ao concessionário definir o quantitativo de usinas. Para os valores unitários foi utilizada como referência de preços e custos a tabela Sicro/Sinapi de fevereiro de 2022, atualizados para a data base do modelo, conforme Tabela 5 abaixo.

Função	Número de Funcionários	Salário Base	Benefícios	Encargos	Treinamentos	Valor Unitário / Ano
Administrativo	1,0	2.545	827	1.288	300	59.519,45
Engenheiro Elétrico	1,0	15.481	827	7.835	300	293.304,35
Assistente de engenharia	2,0	5.226	827	2.645	300	107.973,14
Segurança	8,0	1.668	827	1.428	300	50.673,39

Tabela 5 - Equipe projetada para a SPE

Para o serviço de operação e manutenção utilizou-se como parâmetro de custos o valor de R\$ 65,00/kW/ano, retirado dos Estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2050, da Empresa de Pesquisa Energética, do Ministério de Minas e Energia (EPE/MME), divulgado em janeiro de 2021.

As premissas de seguros e garantias são apresentadas na seguinte tabela:

GARANTIAS	% Prêmio Anual	Cobertura	Apólice Base de Cálculo	Mês Inicial	Mês Final
Garantias de Contrato - Período de construção					
Garantia de execução - Construção Ano 1	0,60%	3,70%	CONTRATO	Mês 1	Mês 12
Garantias de Contrato - Período de Operação					
Garantia de execução operação	0,60%	1,85%	CONTRATO	Mês 13	Mês 156
Garantia de execução operação	0,60%	3,70%	CONTRATO	Mês 157	Mês 216
Fiança Bancaria					
Fiança Bancaria	2,00%	100,00%	Saldo da dívida	Mês 1	Mês 13
SEGUROS					
	% Prêmio Anual	Cobertura	Apólice Base de Cálculo	Mês Inicial	Mês Final
Seguros - Período de Modernização					
Riscos de Engenharia	0,20%	100,00%	CAPEX CONSTRUÇÃO	Mês 1	Mês 12
Responsabilidade Civil- Obras	0,20%	100,00%	Resp. Civil - Construção	Mês 1	Mês 12
Seguros - Período de Operação					
Responsabilidade Civil - Operação	0,75%	100,00%	Resp. Civil - Operação	Mês 13	Mês 216
Multiriscos	0,20%	100,00%	all risk	Mês 13	Mês 216

Tabela 6: Premissas de Seguros e Garantias

No que se refere a outros custos, foram previstos R\$ 10.000,00 por mês para despesas administrativas da SPE e o repasse de 0,5% da contraprestação como encargo da EPE (art. 23, II da Lei 5.829/2022), além de R\$ 3.000,00 por mês para custos com operacionalização do Comitê Técnico de Governança.

A distribuição do OPEX entre seus componentes, bem como a evolução dessas despesas ao longo do período de concessão, é apresentada na figura abaixo.

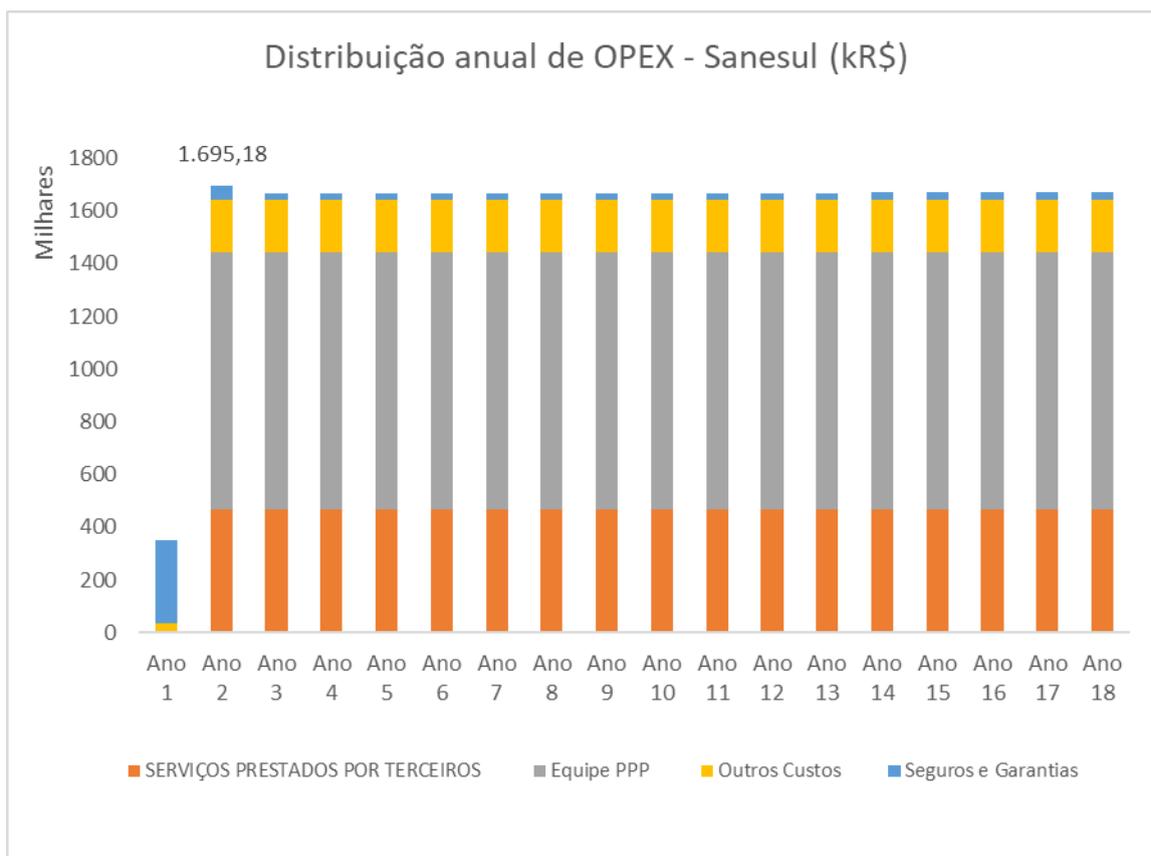


Figura 1: Distribuição anual de OPEX.

6. Despesas Operacionais a cargo do Poder Concedente:

As Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaica, do ponto de vista das distribuidoras, serão consideradas unidades consumidoras de alta tensão (Grupo A), sobre as quais incidirá uma tarifa fixa (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD), também denominada demanda contratada, estimada conforme a potência instalada e medida em kW.

Para fins de estruturação de projeto, optou-se por alocar o pagamento da TUSD para o Poder Concedente, em vez de considerá-la como despesa operacional da SPE a ser coberta com recursos da contraprestação pública. Essa opção possui como objetivo desonerar a SPE da incidência de PIS/COFINS, caso o pagamento da tarifa fosse mantido sob sua responsabilidade.

Insta notar que a Lei 14.300/2022 passou a prever que a partir da primeira revisão tarifária da distribuidora subsequente à publicação da Lei, no caso da Energisa em 2023 e da Elektro em 2024, a demanda contratada das unidades consumidoras do Grupo A em que esteja instalada a central de micro ou minigeração deverá ser precificada por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD aplicável à classe geração (TUSD-G), em relação à parcela da injeção de energia na rede.

1. Total TUSD-G [2]+[3]	M R\$/ano	1.385,15
1. TUSD-G Energisa [3]*[4]*12	M R\$/ano	1.279,56
2. Custo de Demanda Contratada – TUSD -G (Energisa)	R\$/kW	16,88
3. Capacidade da Usina (Energisa)	KW	6.318,76
4. TUSD-G Elektro [6]*[7]*12	M R\$/ano	105,59

5. Custo de Demanda Contratada - TUSD -G (Elektro)	R\$/kW	9,96
6. Capacidade da Usina (Elektro)	KW	883,77

Tabela 7: Custos de TUSD geração

Do mesmo modo, o consumo mínimo das unidades consumidoras de baixa tensão (Grupo B) (Resolução Normativa ANEEL 414/2010), também denominado custo de disponibilidade, será de responsabilidade do Poder Concedente, uma vez que não é passível de compensação com os créditos gerados. Portanto, ocorrerá compensação de créditos apenas sobre o excedente ao valor de referência do consumo mínimo das unidades consumidoras abrangidas pela PPP (30 kWh, 50 kWh e 100 kWh para as unidades mono, bi e trifásicas, respectivamente). O valor estimado para o consumo mínimo do projeto é de R\$ 477.794,54 por ano.

Custo de disponibilidade (mínimo) - Grupo B	R\$/ano	477.794,54
Custo disponibilidade Energisa	R\$/ano	435.950,54
Custo disponibilidade Elektro	R\$/ano	41.844

Tabela 8: Custo de disponibilidade – Grupo B

7. Investimentos (CAPEX)

Os investimentos podem ser classificados como:

- i. Despesas pré-operacionais:
 - Ressarcimento
 - Custos com a B3

- ii. Infraestrutura - Primeiro Ciclo
 - Equipe Administrativa
 - Terreno
 - Kit Fotovoltaico
 - Estruturas com tracker
 - Mão de obra implantação
 - Custo de Conexão
 - Contingência
 - Ambiental

- iii. Reinvestimentos – Segundo Ciclo
 - Troca dos inversores no 10º ano

Pré-operacional	Total (R\$/lote)	Percentual
Ressarcimento Estudos PMI	2.240.625,00	82,66%
B3	470.015,07	17,33%
Total (R\$)	2.710.640,07	100,0%

Tabela 9: Despesas pré-operacionais

Os ressarcimentos dos estudos e da realização do leilão na B3 são apresentados acima em valores integrais, mas serão divididos proporcionalmente entre os dois lotes a serem licitados (Governo e Sanesul), conforme as regras estabelecidas no Edital.

A estimativa de custos para instalação das Centrais Fotovoltaicas (primeiro ciclo) utilizou como premissas levantamentos de preços públicos e análises de mercado para a construção.

As premissas utilizadas para o dimensionamento das Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas de 5,7 MW de potência são derivadas de projetos conceituais de 2,5MW, limitadas a 5MW por terreno, conforme apresentadas na tabela abaixo:

Descrição Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas		
Potência Inversor (Nominal)	kWac	5.762,03
Sobrecarga	%	25
Potência Inversor (Pico)	kWp	7.202,53
Área necessária (3ha/MWp + 20% reserva legal)	ha	27,01
Custo unitário terreno	R\$/ha	21.994,28
Kit Fotovoltaico	R\$/wp	2,57
Estruturas com tracker	R\$/wp	1,03
Mão de obra implantação	R\$/wp	0,96
Custo de Conexão	R\$/wp	0,08
Ambiental	%	1,00
Contingência	%	5,00
Adicional de capacidade para atendimento curva flat	%	3,50
Capex 2º ciclo	%	15,00

Tabela 10: Premissas para estimativa de Capex

O kit fotovoltaico é composto por módulos fotovoltaicos, inversores, combiner box, cabos elétricos, comunicação e o sistema de supervisão e aquisição de dados (SCADA). As placas fotovoltaicas consideradas tem tecnologia com seguidores solares (trackers), possibilitando que os módulos girem de leste a oeste acompanhando a luz solar ao longo do dia. Com essa tecnologia há maior absorção da luz pelos módulos durante todos os horários de incidência solar. Justifica-se a utilização dado que tais sistemas são capazes de gerar, em média 16% a mais de energia do que um sistema de placas fixo.

Foram consideradas placas bifaciais, que possuem células fotovoltaicas com duas faces em vez de apenas uma para absorver a energia solar radiante. Essa modalidade de painéis aproveita a luz solar refletida do solo ou de alguma superfície (efeito Albedo), e produz 8% a mais de energia que uma placa convencional.

Os valores para os kits fotovoltaicos foram obtidos a partir do estudo estratégico de geração distribuída da Greener para o 1 semestre de 2022.

É necessário considerar, ainda, que há uma degradação natural das placas fotovoltaicas de 2,50% no primeiro ano e de 0,50% nos demais anos, com garantia de 25 anos. Portanto é esperado um reinvestimento de placas solares, inversores e outros

equipamentos necessários para o correto funcionamento do sistema no ano 10. Espera-se que ao fim do contrato as Centrais de Energia Elétrica Fotovoltaicas sejam entregues com a produção de energia mínima contratual.

Para a implantação da Central de Energia Elétrica Fotovoltaica considerou-se uma área de 3 hectares por MW instalado. Adicionalmente, de acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural deve manter uma área com cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, para a qual considerou-se um adicional de 20%.

Os custos estimados para os gastos ambientais foram baseados em valores de mercado e da PPP de Pernambuco. O parâmetro utilizado para os gastos ambientais ao longo da concessão é de 1% do Capex.

O valor total do 1º ciclo do CAPEX é apresentado no quadro abaixo:

CAPEX	Total (R\$)	Percentual
Equipe Administrativa	460.797	1,26%
Terreno	594.054	1,63%
Kit Fotovoltaico	18.481.698	50,64%
Estruturas com tracker	7.392.679	20,25%
Mão de obra implantação	6.949.119	19,04%
Custo de Conexão	576.203	1,58%
Contingência	1.716.099	4,70%
Ambiental	328.235	0,90%
Total (R\$)	36.498.884	100%

Tabela 11: CAPEX

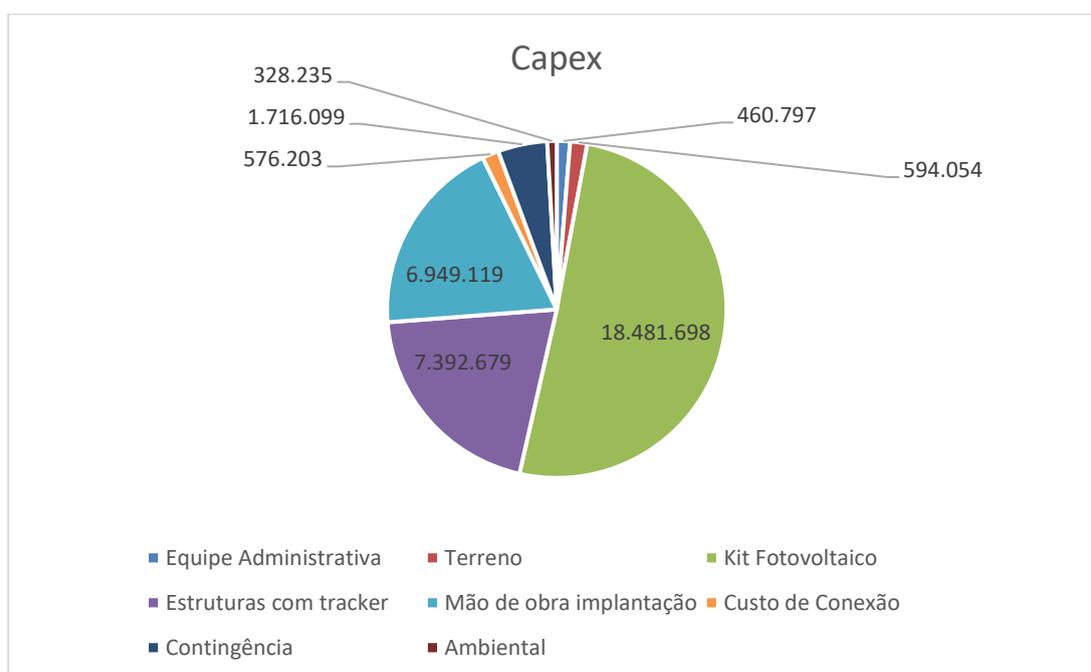


Figura 2: 1º ciclo Capex

Os reinvestimentos do projeto serão destinados à troca de placas solares, inversores e

demais equipamentos necessários para o correto funcionamento da Central de Energia Elétrica Fotovoltaica. Considerou-se a substituição dos equipamentos no 10º ano de operação. Em referência aos valores utilizados no mercado, considerou-se o percentual de 15% do Capex, conforme referência utilizada pelo Plano Decenal de Energia 2031, elaborado pela EPE/MME.

Reinvestimentos (CAPEX 2º ciclo)	Total Reinvestimento (R\$)
Reinvestimentos	5.267.369,69

Tabela 12: Valor dos Reinvestimentos

O consolidado dos investimentos previstos pela SPE é apresentado na Tabela abaixo:

Componente CAPEX	Custo Total (R\$)	Custo Total (%)
Despesas Pré Operacionais	2.710.640,07	6,09%
Infraestrutura – 1º ciclo	36.498.884,22	82,06%
Reinvestimentos – 2º ciclo	5.267.369,69	11,84%
Total	44.476.893,98	100,0%

Tabela 13: Consolidado dos custos com CAPEX ao longo de todo prazo de concessão.

8. Financiamentos

Para os investimentos previstos para os dois primeiros anos da concessão, foi considerada a premissa de que os ativos são integralmente elegíveis para realização de financiamento pela linha BNDES Finame¹ - Baixo Carbono, com exceção das despesas pré-operacionais, da aquisição do terreno e da reserva de contingência. O reinvestimento será realizado no 10º ano e, por ser destinado aos equipamentos necessários, será elegível para o financiamento. Do montante elegível, considerou-se que 55% seriam cobertos pela captação de financiamentos.

Dessa forma, foi considerada a captação de recursos de terceiros de acordo com as premissas:

Linha de Financiamento BNDES – Finame Baixo Carbono	Sanesul
Valor Captado(R\$)	18.550.363
% Alavancado	55%
Prazo do Financiamento (meses)	120
Carência Principal (meses)	24
Taxa (base + spread + risco)	6,89%+IPCA
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Mínimo	1,30

Tabela 14: Características do Financiamento BNDES.

A alavancagem máxima do projeto levou em consideração o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, indicador especialmente relevante nas operações de *Project Finance* que demonstra ao agente financiador a capacidade de o empreendimento cobrir

¹ IFinanciamento BNDES/Finame Baixo Carbono:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finame-baixo-carbono>.

os serviços da dívida com geração própria de caixa. O limite inferior do ICSD apurado no modelo foi de 1,50.

9. Taxa de Desconto

A Taxa Interna de Retorno (TIR), é uma taxa de desconto que, aplicada aos fluxos de caixa projetados do projeto, torne o Valor Presente Líquido igual a zero. A partir desse conceito é possível comparar a rentabilidade de diversos projetos de investimento.

No âmbito da viabilidade econômico-financeira, os projetos cujos fluxos de caixa tenham uma taxa interna de retorno maior do que a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) são considerados viáveis já que, como consequência, tais projetos remuneram o dinheiro investido de forma mais intensa que o mínimo exigido pelo investidor.

O endividamento é levado em consideração ao comparar a TIR do referido fluxo de caixa com a TMA de um investidor que já leva em consideração sua alavancagem, ou seja, igualando-a ao custo ponderado entre o capital do sócio e o de sua fonte financiadora (Custo Médio Ponderado de Capital).

Ressalta-se que não é considerado o benefício fiscal no custo da dívida, uma vez que esse benefício fiscal não é aplicável no regime de tributação por lucro presumido.

Considerando que a TIR é a taxa de desconto utilizada para a apuração do Valor Presente Líquido do fluxo de caixa de cada período, o modelo resultou em uma taxa mínima de atratividade de 9,73% a.a., conforme apresentado na figura a seguir:

Item Mesurado	Composição do Capital	Coefficiente
Recursos Próprios - Real	60,0%	11,44%
Recursos Terceiros- Real	40,0%	7,16%
WACC		9,73%

Tabela 15: Cálculo da taxa WACC

Para a taxa WACC foram utilizadas as seguintes referências:

	Taxa	Referência	Abrangência
Custo de Capital			
Taxa livre de risco	2,94%	T-Bonds 10 years	25 anos
Risco de Mercado	4,51%	S&P500	25 anos
Beta (desalavancado)	1,07	Green & Renewable Energy-Adamodaran	
Inflação Brasil	3%	Banco Central do Brasil	
Inflação EUA	2,1%	CPI - Projeção FED	
Risco Brasil	3,9%	EMBI +	20 anos
Ke = Custo do Capital Próprio Nominal USD	13,78%		
Ke = Custo do Capital Próprio Nominal BRL	14,79%		
Ke = Custo do Capital Próprio Real	11,44%		
Kd = Custo de Capital de Terceiros	7,16%		

Tabela 16: Variáveis utilizadas na Taxa WACC

10. Demonstrações Financeiras

Para fins de elaboração do projeto foram adotadas premissas tributárias e contábeis aderentes à legislação brasileira atual e convergentes com as normas contábeis internacionais, emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board*), bem como com as normas publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelos órgãos regulatórios nacionais.

A Interpretação Técnica ICPC-01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aplicável a concessões de serviços públicos, indica que, no tratamento dos direitos do concessionário sobre a infraestrutura integrante do contrato de concessão, a referida não será registrada como ativo imobilizado do concessionário por não haver a transferência do direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. A Interpretação complementa ainda que “o concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente”.

Ainda de acordo com a Interpretação Técnica em questão, se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber deve ser registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, podendo essa remuneração corresponder a direitos sobre ativo intangível, caso o concessionário detenha o direito de cobrar os usuários do serviço público, ou ativo financeiro, à medida em que tenha o direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente.

Portanto, nesta avaliação econômico-financeira, o valor da infraestrutura relacionada à concessão é reconhecido e tratado como ativo financeiro, sendo este amortizado quando do recebimento da contraprestação pública.

Outras peculiaridades trazidas pela adoção do ICPC-01, quando comparada à apresentação de demonstrativos contábeis de empresas que são proprietárias da base de ativos por elas construída, são:

- i. O total de recebimentos (contraprestações) do projeto passa a ser dividido entre duas contas da DRE: receita bruta e receita financeira sobre o ativo financeiro;
- ii. A base de ativos construída não é registrada como ativo imobilizado (ou similares) em posse da concessionária;
- iii. Não há depreciação base de ativos construída, uma vez que não há ativo imobilizado (ou similares), como citado acima;
- iv. Há uma conta de ativo financeiro (em vez da conta de imobilizado), a qual tem, por um lado, seu valor mensalmente aumentando com a receita bruta gerada e com a receita financeira sobre o ativo financeiro e, por outro lado, tem valor mensalmente reduzido pelo efetivo recebimento de remuneração (contraprestação);
- v. A conta de receita financeira sobre o ativo financeiro é calculada pelo valor dos juros sobre o ativo financeiro;
- vi. Os juros sobre o ativo financeiro são tais que, até o final do Contrato de Concessão, o ativo financeiro seja nulo, isto é, compensando toda a expectativa de recebimentos com os recebimentos que a Concessionária efetivamente registrou ao longo do Projeto.

Os demonstrativos financeiros DRE, Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial, presentes no presente Caderno Financeiro já estão em acordo com a instrução ICPC-01.

10.1. Demonstração de Resultados no Exercício

Na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), é apresentada a formação do resultado líquido em um exercício através do confronto entre a receita bruta, as deduções associadas a essas receitas, os custos dos serviços prestados, as despesas administrativas envolvidas na estruturação do negócio e o resultado financeiro do Projeto. Levam-se em conta, ainda, fatores não operacionais que tenham ocorrido no período. Todos esses itens serão apurados segundo o princípio contábil do regime de competência, o qual apropria (ou seja, considera ocorrido o fato gerador) receitas e despesas ao período de sua realização, independentemente do efetivo recebimento das receitas ou do pagamento das despesas. Nas Tabelas abaixo, são apresentadas as DREs ao longo do período de concessão.

Demonstração do Resultado do Exercício	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Receita Bruta	2.970.772	39.905.003	7.023.051	6.893.600	6.751.555	6.595.689	6.424.659	6.236.988	6.031.058	5.805.093	10.948.207	5.809.585
Receita de Operação	101.764	1.503.330	3.348.843	3.348.843	3.348.843	3.348.843	3.348.843	3.348.843	3.348.843	3.348.843	3.348.843	3.348.843
Receita de Construção	2.825.839	36.383.685	-	-	-	-	-	-	-	-	5.267.370	-
Receita de Remuneração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	43.169	2.017.988	3.674.208	3.544.757	3.402.712	3.246.846	3.075.816	2.888.145	2.682.215	2.456.250	2.331.994	2.460.742
Receitas Acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos sobre Receitas	(256.972)	(3.451.783)	(607.494)	(596.296)	(584.009)	(570.527)	(555.733)	(539.499)	(521.687)	(502.141)	(947.020)	(502.529)
Receita Líquida	2.713.800	36.453.220	6.415.557	6.297.304	6.167.545	6.025.162	5.868.926	5.697.489	5.509.372	5.302.953	10.001.187	5.307.055
Custos de Operação	(50.573)	(747.107)	(1.664.267)	(1.664.267)	(1.664.267)	(1.664.267)	(1.664.267)	(1.664.267)	(1.664.267)	(1.664.267)	(1.664.267)	(1.664.267)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Bruto	2.663.227	35.706.114	4.751.290	4.633.037	4.503.278	4.360.895	4.204.659	4.033.222	3.845.105	3.638.685	8.336.920	3.642.788
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>98,1%</i>	<i>98,0%</i>	<i>74,1%</i>	<i>73,6%</i>	<i>73,0%</i>	<i>72,4%</i>	<i>71,6%</i>	<i>70,8%</i>	<i>69,8%</i>	<i>68,6%</i>	<i>83,4%</i>	<i>68,6%</i>
S&G	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Ativo Financeiro e Des	43.169	766.807	(1.330.517)	(1.459.967)	(1.602.013)	(1.757.879)	(1.928.909)	(2.116.580)	(2.322.509)	(2.548.475)	(2.672.730)	(2.543.983)
LAJIR	2.706.396	36.472.920	3.420.774	3.173.069	2.901.265	2.603.016	2.275.750	1.916.642	1.522.595	1.090.211	5.664.190	1.098.805
<i>Margem Operacional Líquida (%)</i>	<i>99,7%</i>	<i>100,1%</i>	<i>53,3%</i>	<i>50,4%</i>	<i>47,0%</i>	<i>43,2%</i>	<i>38,8%</i>	<i>33,6%</i>	<i>27,6%</i>	<i>20,6%</i>	<i>56,6%</i>	<i>20,7%</i>
Resultado Financeiro	-	(755.827)	(1.236.201)	(1.188.104)	(1.036.774)	(882.223)	(727.673)	(573.123)	(418.573)	(264.023)	(109.473)	(3.220)
LAIR	2.706.396	35.717.093	2.184.573	1.984.966	1.864.492	1.720.793	1.548.076	1.343.519	1.104.022	826.188	5.554.717	1.095.585
IR/CS	(317.220)	(4.317.664)	(740.108)	(726.024)	(710.569)	(693.611)	(675.003)	(654.584)	(632.179)	(607.594)	(1.167.165)	(608.083)
Lucro Líquido	2.389.176	31.399.429	1.444.465	1.258.942	1.153.923	1.027.182	873.073	688.934	471.843	218.594	4.387.552	487.503
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>88,0%</i>	<i>86,1%</i>	<i>22,5%</i>	<i>20,0%</i>	<i>18,7%</i>	<i>17,0%</i>	<i>14,9%</i>	<i>12,1%</i>	<i>8,6%</i>	<i>4,1%</i>	<i>43,9%</i>	<i>9,2%</i>

Tabela 17: Demonstração de Resultados consolidada dos anos 2022 a 2033

Demonstração do Resultado do Exercício	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
Receita Bruta	5.562.071	5.292.960	5.002.391	4.675.376	4.316.545	3.922.802	2.660.799
Receita de Operação	3.348.843	3.351.326	3.358.777	3.358.777	3.358.777	3.358.777	2.519.083
Receita de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Remuneração	-	-	-	-	-	-	-
Receita Financeira	2.213.228	1.941.633	1.643.614	1.316.599	957.768	564.025	141.717
Receitas Acessórias	-	-	-	-	-	-	-
Impostos sobre Receitas	(481.119)	(457.841)	(432.707)	(404.420)	(373.381)	(339.322)	(230.159)
Receita Líquida	5.080.952	4.835.119	4.569.684	4.270.956	3.943.164	3.583.480	2.430.640
Custos de Operação	(1.664.267)	(1.665.501)	(1.669.204)	(1.669.204)	(1.669.204)	(1.669.204)	(1.251.903)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-
Custo de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Bruto	3.416.685	3.169.618	2.900.480	2.601.752	2.273.960	1.914.276	1.178.737
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>67,2%</i>	<i>65,6%</i>	<i>63,5%</i>	<i>60,9%</i>	<i>57,7%</i>	<i>53,4%</i>	<i>48,5%</i>
S&G	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Ativo Financeiro e Des	(2.791.497)	(3.063.091)	(3.361.111)	(3.688.125)	(4.046.957)	(4.440.700)	(3.611.827)
	0	0	0	0	0	0	0
LAJIR	625.188	106.526	(460.630)	(1.086.373)	(1.772.996)	(2.526.424)	(2.433.090)
<i>Margem Operacional Líquida (%)</i>	<i>12,3%</i>	<i>2,2%</i>	<i>-10,1%</i>	<i>-25,4%</i>	<i>-45,0%</i>	<i>-70,5%</i>	<i>-100,1%</i>
Resultado Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
LAIR	625.188	106.526	(460.630)	(1.086.373)	(1.772.996)	(2.526.424)	(2.433.090)
IR/CS	(581.153)	(551.874)	(520.260)	(484.681)	(445.640)	(402.801)	(271.495)
Lucro Líquido	44.035	(445.348)	(980.891)	(1.571.054)	(2.218.637)	(2.929.225)	(2.704.585)
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>0,9%</i>	<i>-9,2%</i>	<i>-21,5%</i>	<i>-36,8%</i>	<i>-56,3%</i>	<i>-81,7%</i>	<i>-111,3%</i>

Tabela 18: Demonstração de Resultados consolidada dos anos de 2034 a 2040

10.2. Demonstração de Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é um relatório financeiro que fornece dados agregados sobre todos os fluxos de caixa que uma empresa recebe de suas operações em curso e fontes de investimento externos, bem como sobre todas as saídas de caixa que cobrem as atividades empresariais e os investimentos durante um determinado período.

O payback do projeto, ou o tempo necessário para retorno financeiro dos investimentos mediante geração de caixa, é estimado em 8 anos e 10,3 meses.

Nas Tabelas abaixo são apresentadas as Demonstrações de Fluxo de Caixa ao longo do período de Concessão Administrativa.

Fluxo de Caixa	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Direto												
Fluxo Operacional	(33.715)	480.988	5.015.503	5.031.478	5.047.031	5.062.909	5.079.578	5.097.366	5.116.543	5.137.348	4.687.692	5.137.817
Recebimento Governo	-	1.400.277	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659
Recebimento Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento Salários	-	(162.360)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)
Pagamento Fornecedores	(33.715)	(462.916)	(690.110)	(690.110)	(690.110)	(690.110)	(690.110)	(690.110)	(690.110)	(690.110)	(690.110)	(690.110)
Pagamento Tributos - Indiretos	-	(142.591)	(817.197)	(806.086)	(793.893)	(780.515)	(765.835)	(749.726)	(732.051)	(712.655)	(1.154.106)	(713.041)
Pagamento Tributos - Diretos	-	(151.423)	(904.693)	(899.829)	(896.468)	(893.968)	(891.980)	(890.300)	(888.799)	(887.388)	(895.594)	(886.534)
Redução/ Acrescimo nos Impostos D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Investimentos	(2.825.839)	(36.383.685)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.267.370)	-
Capex	(2.825.839)	(36.383.685)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.267.370)	-
Fluxo Financiamento	-	17.485.487	(1.429.484)	(3.471.482)	(3.316.931)	(3.162.381)	(3.007.831)	(2.853.281)	(2.698.731)	(2.544.181)	(2.196.398)	(0)
Conta Reserva	-	(309.050)	(193.283)	(351.048)	38.638	38.638	38.638	38.638	38.638	38.638	231.870	389.686
Redução/ Acrescimo nos Impostos D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição - Dívida	-	18.550.363	-	-	-	-	(0)	-	-	-	-	-
Amortização - Dívida	-	-	-	(1.932.330)	(2.318.795)	(2.318.795)	(2.318.795)	(2.318.795)	(2.318.795)	(2.318.795)	(2.318.795)	(386.466)
Juros	-	(700.176)	(1.236.201)	(1.188.104)	(1.036.774)	(882.223)	(727.673)	(573.123)	(418.573)	(264.023)	(109.473)	(3.220)
Fees	-	(55.651)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Acionista	8.895.379	13.389.388	(4.177.953)	(1.559.996)	(1.730.099)	(1.900.528)	(2.071.746)	(2.244.085)	(2.417.812)	(2.593.167)	2.776.075	(5.137.817)
Fluxo Acionista	8.895.379	13.389.388	(4.177.953)	(1.559.996)	(1.730.099)	(1.900.528)	(2.071.746)	(2.244.085)	(2.417.812)	(2.593.167)	2.776.075	(5.137.817)
Fluxo de Caixa do Exercício	6.035.824	(5.027.823)	(591.935)	(0)	-	(0)	(0)	-	-	-	-	-
Fluxo de Caixa do Projeto	(2.859.555)	(35.902.697)	5.015.503	5.031.478	5.047.031	5.062.909	5.079.578	5.097.366	5.116.543	5.137.348	(579.678)	5.137.817

Tabela 19: Demonstração de Fluxos de Caixa consolidada dos anos de 2022 a 2033

Fluxo de Caixa	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
Direto							
Fluxo Operacional	5.160.258	5.183.858	5.205.940	5.235.487	5.267.930	5.303.580	4.449.430
Recebimento Governo	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	8.401.659	7.001.383
Recebimento Outros	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento Salários	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(974.157)	(811.798)
Pagamento Fornecedores	(690.110)	(690.933)	(695.047)	(695.047)	(695.047)	(695.047)	(579.206)
Pagamento Tributos - Indiretos	(691.796)	(668.627)	(643.763)	(615.695)	(584.895)	(551.099)	(431.070)
Pagamento Tributos - Diretos	(885.338)	(884.084)	(882.752)	(881.274)	(879.630)	(877.777)	(729.880)
Redução/ Acrescimo nos Impostos D	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento Despesas	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Investimentos	-						
Capex	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Financiamento	-						
Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-
Redução/ Acrescimo nos Impostos D	-	-	-	-	-	-	-
Adição - Divida	-	-	-	-	-	-	-
Amortização - Divida	-	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-	-
Fees	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Acionista	(5.160.258)	(5.182.624)	(5.205.940)	(5.235.487)	(5.267.930)	(5.303.580)	(4.866.731)
Fluxo Acionista	(5.160.258)	(5.182.624)	(5.205.940)	(5.235.487)	(5.267.930)	(5.303.580)	(4.866.731)
Fluxo de Caixa do Exercício	-	1.234	-	-	-	-	(417.301)
Fluxo de Caixa do Projeto	5.160.258	5.183.858	5.205.940	5.235.487	5.267.930	5.303.580	4.449.430

Tabela 20: Demonstração de Fluxos de Caixa consolidada dos anos 2034 a 2040

10.3. Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é um demonstrativo financeiro que resume os ativos, passivos e patrimônio líquido de uma empresa em um ponto específico no tempo. Estes três segmentos do balanço dão aos investidores uma ideia sobre os bens e dívidas e obrigações de uma empresa, assim como o montante possuído pelos acionistas. No balanço patrimonial, o segmento referente ao ativo deverá ser sempre igual ao segmento referente ao passivo somado ao patrimônio líquido.

As tabelas abaixo apresentam o Balanço Patrimonial ao longo dos 18 anos da Concessão Administrativa.

Balço Patrimonial	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Ativo												
Ativo Circulante	9.006.596	42.792.550	41.015.290	39.858.280	38.169.538	36.324.930	34.309.292	32.105.984	29.696.745	27.061.542	29.376.219	26.394.459
Caixa	6.035.824	1.008.001	416.067	416.067	416.067	416.067	416.067	416.067	416.067	416.067	416.067	416.067
Conta Reserva	-	309.050	502.333	853.381	814.744	776.106	737.469	698.831	660.194	621.556	389.686	-
Contas a Receber - Governo	-	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138
Contas a Receber - Aporte de Recurs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber - a FATURAR - OPEI	2.970.772	40.775.360	39.396.752	37.888.693	36.238.589	34.432.619	32.455.618	30.290.947	27.920.347	25.323.781	27.870.328	25.278.254
Ativo Não Circulante	2.869.008	40.019.500	38.688.983	37.229.016	35.627.003	33.869.124	31.940.215	29.823.636	27.501.126	24.952.652	27.547.291	25.003.308
Ativo Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro - CAPEX	2.846.724	39.708.659	38.388.477	36.939.849	35.350.279	33.606.054	31.692.128	29.591.988	27.287.518	24.758.838	27.333.324	24.809.101
Ativo Financeiro - Receita Financeira	22.284	310.841	300.507	289.167	276.724	263.070	248.087	231.647	213.608	193.813	213.967	194.207
Ativo Total	11.875.604	82.812.050	79.704.274	77.087.295	73.796.541	70.194.054	66.249.507	61.929.619	57.197.872	52.014.193	56.923.510	51.397.766
Passivo												
Passivo Circulante	591.050	26.738.678	26.364.390	24.048.466	21.333.888	18.604.748	15.858.874	13.094.136	10.308.357	7.499.253	5.244.942	4.369.513
Salários a Pagar	-	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180
Fornecedores	16.858	57.509	57.509	57.509	57.509	57.509	57.509	57.509	57.509	57.509	57.509	57.509
Obrigaes Tributárias - Indiretos	256.972	3.566.164	3.356.461	3.146.672	2.936.788	2.726.800	2.516.699	2.306.472	2.096.108	1.885.593	1.678.507	1.467.995
Obrigaes Tributárias - Diretos	-	75.633	75.145	74.819	74.584	74.402	74.253	74.122	74.002	73.887	73.923	73.824
Tributos Diferidos PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos IR/CSLL	317.220	4.407.829	4.243.732	4.070.253	3.884.589	3.684.414	3.467.586	3.232.001	2.975.502	2.695.823	2.967.358	2.689.005
Seguros e Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida	-	18.550.363	18.550.363	16.618.034	14.299.238	11.980.443	9.661.648	7.342.852	5.024.057	2.705.261	386.466	-
Patrimnio Líquido	11.284.555	56.073.372	53.339.883	53.038.829	52.462.652	51.589.306	50.390.633	48.835.483	46.889.515	44.514.941	51.678.568	47.028.254
Capital Social	8.895.379	22.284.767	22.284.767	22.284.767	22.284.767	22.284.767	22.284.767	22.284.767	22.284.767	22.284.767	27.547.902	27.547.902
Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	2.389.176	33.788.605	31.055.117	30.754.062	30.177.885	29.304.539	28.105.866	26.550.716	24.604.748	22.230.174	24.130.666	19.480.351
Passivo Total	11.875.604	82.812.050	79.704.274	77.087.295	73.796.541	70.194.054	66.249.507	61.929.619	57.197.872	52.014.193	56.923.510	51.397.766

Tabela 21: Balço Patrimonial consolidado dos anos 2022 a 2033

Balço Patrimonial	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040
Ativo							
Ativo Circulante	23.554.871	20.447.406	17.048.138	13.321.855	9.236.741	4.757.884	-
Caixa	416.067	417.301	417.301	417.301	417.301	417.301	-
Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber - Governo	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138	700.138	-
Contas a Receber - Aporte de Recurs	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber - a FATURAR - OPEI	22.438.666	19.329.967	15.930.698	12.204.416	8.119.302	3.640.445	-
Ativo Não Circulante	22.211.811	19.148.719	15.787.609	12.099.483	8.052.527	3.611.827	0
Ativo Intangível	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro - CAPEX	22.039.286	18.999.987	15.664.983	12.005.504	7.989.981	3.583.773	0
Ativo Financeiro - Receita Financeira	172.525	148.733	122.626	93.980	62.546	28.054	-
Ativo Total	45.766.682	39.596.125	32.835.746	25.421.338	17.289.268	8.369.711	0
Passivo							
Passivo Circulante	3.854.651	3.312.067	2.738.519	2.130.651	1.485.148	798.395	0
Salários a Pagar	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	81.180	-
Fornecedores	57.509	57.921	57.921	57.921	57.921	57.921	-
Obrigações Tributárias - Indiretos	1.257.318	1.046.532	835.475	624.201	412.687	200.910	0
Obrigações Tributárias - Diretos	73.722	73.616	73.498	73.368	73.222	73.057	-
Tributos Diferidos PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-
Tributos Diferidos IR/CSLL	2.384.922	2.052.819	1.690.445	1.293.982	860.139	385.328	-
Seguros e Garantias	-	-	-	-	-	-	-
Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	41.912.030	36.284.059	30.097.228	23.290.687	15.804.120	7.571.316	-
Capital Social	27.547.902	27.547.902	27.547.902	27.547.902	27.547.902	27.547.902	-
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	14.364.128	8.736.156	2.549.326	(4.257.215)	(11.743.782)	(19.976.586)	-
Passivo Total	45.766.682	39.596.125	32.835.746	25.421.338	17.289.268	8.369.711	0

Tabela 22: Balço Patrimonial consolidado dos anos 2034 a 2040